

OS CLãs FAMILIARES NA DOMINãNCIA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE  
CASO SOBRE A FAMÍLIA “HACKER” NO ESTADO DE PERNAMBUCO

José Helenilson da Silva Lima, Helenilson <sup>1</sup>

[helenilsonmais@hotmail.com](mailto:helenilsonmais@hotmail.com)<sup>1</sup>

Centro Universitário Tabosa de Almeida<sup>1</sup>

Brasil <sup>1</sup>

Vanuccio Medeiros Pimentel, Vanuccio <sup>2</sup>

vanucciopimentel@asces.edu.br<sup>2</sup>

Centro Universitário Tabosa de Almeida<sup>2</sup>

Brasil<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O trabalho em questão busca descrever a formação das dominâncias familiares no cenário político de determinados municípios demonstrando a dinâmica eleitoral e as formas com as quais indivíduos membros de um mesmo clã familiar se estabeleceram ao longo do tempo como chefes do executivo municipal e eventualmente seus familiares em cargos de mesmo poderio ou adjacentes, chegando a cumular para o mesmo grupo familiar várias cidades. Dissertando dentro de um contexto histórico como tal forma de perpetuação política surgiu, dinamizou-se e tem burlado ao longo dos anos os meios institucionais proibitivos a esse tipo de prática. O processamento de informações embasou-se na coleta de dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral apontando os indivíduos já eleitos em determinadas zonas de dominância de uma mesma família, criando assim uma base de dados do histórico de governantes de mesmo clã familiar e suas respectivas atuações nos municípios que já dominaram desde suas emancipações até os dias atuais. O trabalho se organiza como um estudo de caso de um exemplo real atribuído a família “Hacker” nos municípios de Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e Sirinhaém todos eles do Estado de Pernambuco. Com base nessas informações, analisaremos dados governamentais relativos a: receita, dados fiscais e despesas desses indivíduos, apontando as possíveis formas com as quais essas famílias utilizaram-se da máquina pública para se manterem no poder postulando por fim, a máxima da criação de uma eficiente estratégia de perpetuação política na utilização da família como agente político.

## **ABSTRACT**

The work in question seeks to describe the formation of family dominance in the political scenario of certain municipalities demonstrating the electoral dynamics and the ways in which individuals members of the same family clan established themselves over time as heads of the municipal executive and eventually their families in Positions of the same power or adjacent ones, reaching to accumulate for the same family group several cities. Disseminating within a historical context as such form of political perpetuation has arisen, has become dynamic and has mocked over the years the institutional means prohibitive to this type of practice. The processing of information was based on the collection of official data from the Superior Electoral Court, pointing out the individuals already elected in certain zones of dominance of the same family, thus creating a database of the history of rulers of the same family clan and their respective actions in the Municipalities

that have dominated since their emancipations to the present day. The work is organized as a case study of a real example attributed to the family "Hacker" in the municipalities of Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros and Sirinhaém all of them of the State of Pernambuco. Based on this information, we will analyze government data related to: revenue, fiscal data and expenses of these individuals, pointing out the possible ways in which these families used the public machine to maintain their power, ultimately postulating the maxim of creating a Efficient strategy of political perpetuation in the use of the family as a political agent.

**Palavras-chave:** Clãs políticos; Elites Políticas; Política local; Federalismo.

**Keywords:** Political clans; Political Elites; Local politics; Federalism.

## **I. Introdução**

É interessante a este trabalho traçar parâmetros históricos e institucionais sob fito de definir o surgimento e a manutenção do problema, apontando, pois, inicialmente a teoria sob a qual a problematização histórica evoluiu, confirmando-a como uma causa anterior.

Este trabalho tem por objetivo dissecar a dominância do clã político “Hacker” apontando sua influência no revezamento de familiares no poder nos municípios de Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e Sirinhaém, todos do estado de Pernambuco nos últimos 25 anos analisando historicamente, institucionalmente e de forma sistemática como nasceram, se mantiveram e ainda perpetuam-se tais práticas, sendo importante em nossa pesquisa que façamos o paralelo do âmbito nacional para com o nosso objeto de estudo, já que abordaremos apenas o âmbito municipal e seu respectivo percentual eleitoreiro nas eleições para prefeito, logo o perfil de voto será observado nas áreas onde o candidato teve maior percentual de votos dentro do próprio município ou em observação ao padrão familiar nos municípios vizinho

Na primeira parte do trabalho buscamos discutir a base teórica que indica possíveis fatores históricos que deram início a instituição do clã, por conseguinte traçamos os fatores institucionais observados na constituição de 1988 que possibilitaram a manutenção de tais práticas. Logo em seguida utilizaremos da discursão teórica a

respeito dos perfis de voto em paralelo com a análise do histórico da dominância familiar nos respectivos municípios, caso a caso. Exemplificando assim com o estudo de caso e sua análise prática o clã familiar e como ainda se mantém.

## **II. Arcabouço teórico**

### **A) Abordagem histórica**

Segundo Sérgio Buarque (1936) o Estado surge de forma antagônica as instituições familiares, não sendo ele uma gradação advinda da evolução da instituição familiar, mas sim da descontinuação desse processo, acarretando assim a vitória do geral sobre o particular. A dificuldade na distinção entre o público e o privado advém de causas antigas, atreladas as famílias patriarcais e suas dificuldades em dado momento de compreender tal dicotomia, uma vez que a descontinuação à uma realidade até então vigente revelava-se extremamente difícil e até ineficaz.

Neste contexto a figura do funcionário “patrimonial” e “burocrata” revelam-se como elementos diferenciadores daqueles interesses antes relativos ao subjetivismo presente na particularidade do próprio funcionário e na difícil distinção de patrimônio público e particular ensejando na terminologia “patrimonialismo”, e agora com a primazia do Estado e do interesse coletivo remetendo na pessoa do funcionário “burocrata” a objetividade das relações estatais, deixando a personalidade de lado e estabelecendo a primazia do interesse público. Como aponta Sérgio Buarque (1936), excepcionalmente nosso país gozou do puro funcionalismo burocrático, evidenciando as vontades de círculos sociais fechados, dentre eles principalmente o círculo familiar. A incidência do círculo familiar nas relações de interesse público mostra-se reflexo de hábitos fortes estabelecidos pelos laços sanguíneos e de coração adversos aos princípios que regem as sociedades antiparticularistas.

Como fruto de tais práticas surge a figura apontada como o “homem cordial” aquele hospitaleiro, simpático e generoso para com estrangeiros, porém, não pela atuação de “boas maneiras”, mas sim como transbordar da emotividade oriunda da subjetividade aplicada em todas as relações do sujeito Brasileiro, frutos do medo histórico de apoiar-se

sobre as próprias pernas, das práticas do apadrinhamento, da vontade de particularizar todo o convívio ou da aversão à individualidade, uma vez que individual o indivíduo sente-se fraco. Relatos da estranheza dos estrangeiros em terras Brasileiras apontam a individualização das relações em todas as suas vertentes, desde a utilização de diminutivos no tratamento das entidades religiosas (ex.: Sta. Teresinha) até a forma com a qual a ritualística era deixada de lado não sendo considerada importante, uma vez que ainda que se demonstra-se religiosa e buscasse a sociedade aproximar-se da religiosidade pela personalização dessa relação em contra partida não frequentavam a igreja para a manutenção de tal fé.

Tais apontamentos mostram-se pertinentes para indicar a forma de se portar da sociedade como sendo dificultosa à implantação do pensamento coletivo, do ritualismo e da objetividade necessária a instituição do Estado e a determinação dos interesses públicos objetivos comprometidos pela contaminação do desejo de subjetivação nacional. Seguindo o curso destas práticas é válido para a definição do que é o clã salientar o nascituro histórico do “espírito de facção”, proveniente dos deveres morais de associarem-se os indivíduos e permanecerem dessa forma, de maneira qual que a fidelidade a tais grupos mostrava-se importantíssima e desqualificavam aqueles que resolvessem “desertar” de seus grupos originais. O espírito de facção surge de antemão à semelhança das famílias patriarcais rurais resultadas dos laços sanguíneos e afetivos construídos por aqueles indivíduos apadrinhados pelos grandes proprietários rurais, assunto este que será retomado a fundo posteriormente. Este espírito propicia a manutenção do círculo familiar de maneira imbatível e inabalável retroalimentando-se por essa força tendendo a utiliza-la para além das relações domésticas e subjugando as relações sociais às suas vontades, refletindo nos interesses coletivos à imagem da parcialidade da força familiar. Esta imperiosa vontade familiar passa assim a servir como modelo à governança, criando padrões morais superiores à qualquer forma posta relativa a manutenção da sociedade tornando soberanos os costumes tradicionais e preceitos comuns a época. Logo, passando a controlar o Estado não só como organização social, mas sim política.

O nascedouro da instituição do clã remete às grandes propriedades rurais e respectivamente a égide da supremacia do grande proprietário, descaracterizando ainda de início origens religiosas, militaristas e patronais como bem aponta Oliveira Viana (1920), observado que o espírito de solidariedade comum as instituições religiosas nunca

foi elemento agregador as populações do sul, origens militares também nunca notaram-se necessárias uma vez que não precisavam tais indivíduos defenderem-se de inimigos estrangeiros e por fim a origem patronal é deixada de lado uma vez que não observam-se nos laços agregadores do proprietário rural vínculo remuneratório de trabalho, já que não era exigida nenhuma obrigação para com aqueles que cercavam os grandes possuidores de terra.

Deixando de lado todas as falsas suposições acerca dos elementos que possibilitaram a formação do clã rural é de fundamental importância a observância dos fatores que influenciaram e fortaleceram o clã, a priori a denominação “Anarquismo Branco” (Oliveira Viana, 2005, p. 212) é entendida como o motivo pelo qual os indivíduos buscavam proteção no caráter patriarcal dos grandes proprietários de terra. O anarquismo branco revelava-se nas inúmeras injustiças e corrupções atreladas a parcialidade daqueles indivíduos servidores da justiça, que usavam de suas atribuições para subjugar fracos e pobres, os quais muitas vezes diante dos abusos perpetrados perdiam suas propriedades sem qualquer possibilidade de protesto em uma sociedade ruralista e rústica.

Os juízes e capitães da época confundiam-se com a própria lei, ficando impunes quando da prática de quaisquer abusos e ainda ilimitados diante das atribuições que detinham para utilizar da falsa justiça do jeito que lhes fossem convenientes, possuindo ainda poderes administrativos e de polícia. Surgem assim as facções advindas dos clãs pelos quais eram eleitos os juízes da época, diante de um sufrágio extremamente parcial refletido na compra de votos possibilitando ser plenamente possível saber quais os futuros eleitos. Estes assim que apossados de seus cargos serviriam aos interesses daqueles clãs. Haviam ainda juízes nomeados pelo governo, não dependendo estes da votação dos “homens bons” da época e assim com melhores condições de defenderem a população simples. Em contrapartida e não servindo porém a maior eficácia da aplicação da lei havia a possibilidade de impetração de recursos às decisões dos magistrados da época, tutela está extremamente difícil de se buscar, observada a distância em que se encontravam os tribunais superiores ou na simples e completa incerteza sob tais proteções. Por fim eram evidentes as fraquezas e inutilidades de todo um sistema corrompido.

Em consequência dos inúmeros desmandos e das ausências de mecanismos de proteção aos indivíduos era notória a dicotomia da época, quem não possuía forças materiais suficientes para se amparar encontrava-se sob a escolha de ser tutelado sob os caudilhos

locais que gozavam da autonomia advinda de seu prestígio ou pelo próprio estado, o qual encontrava-se permeado pelas situações já descritas acentuando o espírito gregário tornando a primeira opção mão única para aqueles que necessitavam de proteção. Criava-se assim ao redor dos grandes proprietários de terra organismos vivos autônomos dotados de suas próprias populações e regimentos, fortalecidos pela descrença na instituição estatal em consequência dos seus abusos e do seu terror.

Era evidente ainda por parte da sociedade a ausência total de patriotismo e em contrapartida o amor pela pompa, ornamentos, glórias e regalias advindas das funções militares porém junto a aversão ao real sentido atribuído a atividade militar. Diante desta alegação mais uma vantagem era atribuída aqueles que se agregavam aos grandes proprietários: a possibilidade de eximirem-se do serviço militar, uma vez que eram protegidos pela força do seu respectivo fazendeiro. Os pouquíssimos indícios de uma sociedade calcada na solidariedade eram atribuídos aos clãs dos fazendeiros locais, únicas formas protetivas da liberdade, propriedade e bens inerentes a cada indivíduo fortalecendo a total ausência de crença em uma força maior presente no Estado e na sua respectiva proteção e sentido de ser, o que fortalecia ainda mais os traços familiares tomados pelos clãs. Nesta indicação é importante ressaltar um importante estigma advindo do caos social constante à época: O pensamento coletivo construído em torno da impossibilidade de agir o indivíduo por si só, já que assim encontrava-se desamparado e envolto em sofrimento, necessitando assim de um guia, de alguém sob o qual receberia proteção.

Diante da fuga para com o Estado e seus desmandos os indivíduos passaram a viver isolados em seus respectivos latifúndios sobre as forças dos seus latifundiários, indicando a escassez ou quiçá total ausência de instituições de solidariedade social, pelas quais, orbitaria o vínculo de uma sociedade. Era percebida assim uma sociedade mórbida e ausente de qualquer elemento que fizesse convergir interesses;

Os poucos resquícios de uma cooperação social exemplificavam-se quando da existência de indivíduos doentes, os vizinhos visitavam uns aos outros, não pela solidariedade esperada na prática de tal ato mas por pequenos impulsos de afetividade superficial e delicadeza moral. Era notória em toda a história a ausência de relações de classe, associando-se os indivíduos apenas pela simples máxima de encontrar no “inimigo do meu inimigo um amigo”. Os vínculos eram encontrados apenas no interior de seus clãs e ainda dotados da superficialidade inerente. Sendo assim é atribuído ao matuto Brasileiro a característica de indivíduo que nunca conseguiu estabelecer uma dinâmica social regida

por vínculos comuns entre todos os membros de uma sociedade, ou seja nunca pôde crer em uma força maior agregadora aos indivíduos, uma força transcendente e suprema sob a qual atribuiria a confiança plena para sua proteção, um pensamento patriótico, crendo assim apenas na individualidade do seus respectivos clãs e no convívio entre os apadrinhados e seus respectivos padrinhos.

## **B) Abordagem institucional**

A partir de nossa abordagem histórica a respeito dos fatores contribuintes a formação do pensamento acerca das instituições públicas passamos a postular a respeito do tema como um problema institucional começando pela forma com a qual as influências históricas tornaram-se latentes na formação federalista de governo adota em nosso país apontando a ótica da descentralização advinda da constituição de 88 como tal fator que possibilitou a manutenção de práticas políticas tão antigas e prejudiciais a democracia.

Definir o sistema federalista como formação proveniente da união de estados federados dotados de individualidade e autonomia, características estas acentuadas com a constituição de 88 é fator determinante a sobrevivência das práticas de perpetuação do poder pelas instituições familiares uma vez que estas, como formas parasitárias de vida encontram no hospedeiro (logo, o sistema federativo) uma forma eficiente de prolongarem sua vida. Para tal postulação devem ser observadas as características marcantes do sistema federativo descentralizador que por sua própria natureza é reflexo da união territorial, da qual muitas vezes convergem ou não os interesses, mas que por fim validam a existência e a manutenção de um Estado maior e soberano. Como já demonstrado nos apontamentos históricos o fator territorial sempre esteve como elemento agregador de indivíduos que conseqüentemente passaram a buscar a efetivação de seus interesses e de seus respectivos grupos utilizando de sua força interna para tais fins.

Uma vez observados que os clãs familiares possuem força política atrelada a determinadas localidades pelas quais exercem cargos, atribuições e principalmente influencia adquirida por tais famílias ao longo da história refletindo no exercício do poder os seus próprios interesses. Logo, o uso sistemático do poder político em determinadas localidades percebe-se como instrumento eficiente de perpetuação na vida política. Ainda determinando os parâmetros que definem os problemas institucionais é válido considerar fatores apontados por Marta Arretche (2004) no que concerne aos reflexos da maior

arrecadação em face dos municípios que em paralelo aos estudos aqui demonstrados demonstram as inúmeras possibilidades de utilização dos recursos públicos em benefícios próprios dos administradores dos municípios.

Também é válido salientar seu apontamento no sentido de que o sistema adotado por nosso país favorece municípios com menores populações uma vez que recebem grandes quantias advindas da realocação de recursos constitucionais. Por conseguinte, em razão da garantia de tais recursos tornam-se díspares os interesses subnacionais e nacionais uma vez que não devem os municípios (ao menos em alto grau) subordinação aos interesses federais já que passam a gozar de um elevado grau de autonomia fiscal e política o que por consequência favorece a utilização dos recursos públicos para a manutenção de cargos políticos por aqueles indivíduos advindos de seus respectivos clãs políticos e consequentemente desses mesmos clãs. Seguindo esse pensamento é demonstrada a ausência de um interesse nacional como já fora apontado para o qual convergem as atuações subnacionais. Observar o maior grau de descentralização política da federação com o intuito de demonstrar como a coalisão partidária ou em nosso caso familiar entre as três esferas governamentais ou simplesmente entre mesmas esferas torna-se importante artifício de dominância seja ao chefe do executivo federal ou a qualquer dos indivíduos atuantes nas demais esferas o que denota o elevado poder advindo da junção de forças subnacionais nas eleições

À partir da constituinte de 1988 os estados conquistaram maior autonomia, assim como maior acesso aos recursos da união tais frutos tornam-se importantes para demonstrar os meios pelos quais sobreviveram os clãs familiares. Primeiramente a autonomia possibilitou a menor influência da União na gestão dos municípios que passaram a gozar de independência o que favoreceu a fortificação das elites políticas subnacionais, logo, como reflexo das limitações impostas ao Governo Federal advindas da constituinte possibilitou-se a supremacia de interesses pessoais agregados a forças regionais. Consequentemente o aumento no acesso aos recursos federais revela-se como alimento das “clivagens subnacionais” (Celina de Souza, 2001, p. 529) que passaram a utilizar dos recursos financeiros e dos cargos políticos como moeda de troca retroalimentando-se, e consequentemente fazendo valer seus interesses. “O aumento dos recursos municipais significa mais recursos para as lideranças locais, que têm importância crucial para a eleição dos quadros legislativos” (Celina de Souza, 2001, p. 536) diante de tal postulação fica evidente a consequência mais graves dos efeitos da força política dos clãs familiares:

A utilização das dominâncias municipais para a eleição dos membros do poder legislativo no âmbito nacional.

### **III. Metodologia**

O trabalho será conduzido por meio de análise bibliográfica e utilizará dados eleitorais dos últimos 25 anos disponibilizados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para analisar o nível de dominância eleitoral da família Hacker nos municípios de Rio Formoso, tamandaré, Barreiros e Sirinhaém, todos no estado de Pernambuco.

Para analisar o nível de dominância eleitoral será utilizado o número de votos válidos seguindo a orientação de VANHANEN (2000) que sugere que votos válidos recebidos por candidato corresponde a uma variável proxy para mensurar o nível de dominância eleitoral.

Nessa perspectiva, quanto maior o número de votos válidos recebidos por um candidato maior é a sua dominância naquele cenário. As eleições analisadas correspondem as gestões 92/95, 96/2000, 2001/2004, 2005/2008, 2009/2012, 2013/2016 e 2017/2020.

### **IV. Desenvolvimento/ discursão teórica/ análise e discursão de dados**

Utilizando da obra de Bary Ames (2001) abordaremos os paradigmas dos perfis de votos em nosso país, que em paralelo com os dados apresentados sobre a dominância da família Hack nos apresentará um panorama da influência de um sobre o outro. Iniciando nossos estudos da análise institucional feita pelo autor traçamos os primeiros passos no sentido de entender as instituições como organismos com autonomia, ou seja organismos com propriedades emergentes que no seu caminhar adquirem maiores proporções do que aquelas previstas pelos agentes criadores, no nosso caso: A família.

A complexidade de tais instituições tende a aumentar proporcionalmente junto quantidade de indivíduos presentes nela, deixando imprevisíveis os resultados a longo prazo dos atos praticados ainda que tenham tido por objeto a resolução de problemas imediatos, os apontamentos do autor nesse sentido reforçam a ideia da força adquirida pela instituição familiar como organismo vivo e em constante mutação logo tomando a face de ator político como indica March e Olsen (1989) apud Ames (2001).

O reflexo das causas históricas já abordadas em nossos estudos apontam para a expressão “path dependent” utilizada pelo autor, expressão esta que significa analisar a vida pregressa das instituições ainda que em pequenos atos programados ou não resultando na tomada de determinados rumos por estas instituições. Logo fica claro a cristalização das barreiras já apontadas aqui ao longo da história que impedem a eficácia plena do regime democrático pleno. Logo como as mudanças tornam-se monstros aos atores políticos que se beneficiam das antigas praticas institucionais cria-se uma aversão a reformas e a discursão de temas sensíveis aos problemas de governabilidade e da quebra à manutenção das formas de perpetuação de poder avessas aos princípios de uma democracia criando assim um problema praticamente impossível de ser solucionado.

Como fator determinante da impossibilidade de mudanças nas práticas já descritas no cenário nacional o autor aborda a terminologia “veto-players”, sendo estes os agentes dotados de capacidade de mudar os paradigmas políticos no país encontrando-se estes em grande número e em decorrência deste fator uma vez que a grande quantidade de veto-players resulta na grande quantidade de interesses conflitantes as ações governamentais tendem a manterem-se como estão opondo-se a reformas e inovações.

Como resultado da forma federalista adotada fica evidente as diferenças regionais de pensamento político, onde em alguns estados a atividade política passa a ser vista por famílias detentoras de grande poder econômico como forma de auferir lucro, passando assim a exercer dominância sobre determinadas localidades, enquanto em outras regiões mais desenvolvidas passa a ser observado uma maior diversificação de interesses, uma vez que poderiam ser observadas maior variedade de atividades lucrativas logo os políticos dessas regiões ao menos em auto grau demonstram-se menos atrelados aos seus próprios interesses sendo estes principalmente as classes políticas encontradas nas regiões Sul e Sudeste. Ainda como resultado da forma federalista de governo é problematizado por Ames o fortalecimento de interesses locais, enfraquecendo a adoção de medidas de interessa nacional como também já fora apontado em nossos estudos acerca de Marta Arretche e fortalecendo oligarquias locais.

Diante das possibilidades advindas da constituição de 1988 no que concerne a possibilidade de distribuição geográfica de votos e do grande número de indivíduos que limitam suas campanhas a determinadas localidades Ames definiu a “Taxonomia de padrões espaciais” (Barry Ames, 2001, pag. 64) pela qual são explicados diferentes padrões espaciais de voto e suas respectivas justificativas.

Ames (2001, pag. 65) conceitua dominância como “*A porcentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos. Essa porcentagem representa a dominância do candidato no âmbito nacional.*” E por conseguinte define diferentes perfis de voto observados a seguir:

		<u>% do total de votos em municípios principais</u>	
		Baixa	Alta
<u>Dispersão Espacial</u>	Dispersa	Dispersa-compartilhada	Dispersa-dominante
	Contígua	Concentrada-compartilhada	Concentrada-dominante

O primeiro perfil em questão trata-se do concentrado-dominante, e é fundamental aos nossos estudos uma vez que demonstra a dominância de determinado candidato em âmbito nacional em municípios contíguos. O perfil concentrado-dominante reflete possíveis causas para o fenômeno como a possibilidade de o indivíduo ter iniciado sua trajetória política exercendo determinados cargos nos locais, do acordo com aqueles que detém poder político, ou das influências familiares nos locais, advindas do poder econômico ou político sendo esta causa a mais interessante ao nosso trabalho, uma vez que demonstrado o histórico da família na governança de municípios vizinhos fica notória a prática da utilização da instituição familiar como mecanismo de perpetuação política.

Observando o histórico da dominância da família surge a seguinte pergunta, como se sustentam tais padrões de governabilidade? Segundo Ames, em decorrência da utilização do próprio poder público: pelos seus bens, na distribuição das verbas públicas, com a prática da patronagem, pela qual se usa da distribuição de empregos públicos como forma de aprisionar o voto dos indivíduos ou do clientelismo onde o capital privado também é utilizado, diferentemente do que já fora apontado em nosso contexto histórico a lealdade partidária já não é mais fator determinante do perfil de voto daqueles indivíduos atrelados a determinados grupos políticos, mas sim o mercado político onde cargos, bens públicos e capital público e privado tornam-se moedas de troca na “compra” de votos, sendo o estado mera fonte inesgotável de recursos em um ciclo vicioso.

O segundo perfil trata-se do concentrado-compartilhado, perceptível em grandes cidades onde determinados setores devido ao seu grande número de eleitores podem por si só elegerem determinado candidato. Sendo exemplo a votação de candidatos integrantes da classe operária que recebem grande maioria de seus votos de apenas um município ou candidatos atrelados a uma temática do interesse de determinado município como por exemplo questões ambientais em municípios turísticos.

O terceiro perfil entende-se como o disperso-compartilhado, e como o próprio nome diz remete-se aos indivíduos que recebem sua votação de setores pouco expressivos em cada município, porém presentes na maioria deles. Como por exemplo membros da comunidade Japonesa ou evangélicos.

O próximo ultimo perfil é o disperso-dominante é trata de candidatos que fazem acordos com políticos locais ou que eventualmente já ocuparam determinados cargos administrativos de grande visibilidade, como por exemplo cargos passíveis de práticas clientelistas.

Passaremos a analisar a evolução política da família hacker na dominância municipal mediante observância dos mandatos pelos quais foram eleitos e suas respectivas porcentagens de votos válidos, pontuando de acordo com tais dados fatores influentes na crescente hegemonia familiar utilizando seu percentual de votos como parâmetro indicador de dominância. É importante salientar a vigência da súmula vinculante 13 do STF a partir de 29 de agosto de 2008 com os seguintes termos *“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”* buscando extirpar o nepotismo e demais práticas de favorecimentos familiares, o que não impediu novas formas de organização para ainda assim manter a perpetração da família.

### Rio formoso

<b>Mandato</b>	<b>Candidato</b>	<b>Votos válidos</b>
<b>1992-1995</b>	Hildo Hacker	32,02%
<b>2001-2004</b>	Graça Hacker	50,83%
<b>2005-2008</b>	Graça Hacker	57,11%
<b>2009-2012</b>	Dr. Hely (apoiado por Graça)	34,55%
<b>2013-2016</b>	Dr. Hely Vice: Gutemberg Hacker	52,74%
<b>2017-2020</b>	Isabel Hacker	52,50%

Fonte: TSE

No município de Rio Formoso inicia-se a trajetória da família Hacker na política com o patriarca Hildo Hacker. Fica notória a dominância da família a partir de então em todas as eleições do município desde sua emancipação, assim como é interessante observar como o percentual eleitoral dos membros da família assim que passaram a ocupar e utilizar da máquina pública e todos os seus recursos aumentaram seu poder político e cresceram expressivamente partindo de iniciais 32,02% e chegando a atuais 52,50% demonstrando esmagadora dominância atrelada a instituição familiar.

### Sirinhaém

<b>Mandato</b>	<b>Candidato</b>	<b>Votos válidos</b>
<b>1996-2000</b>	Hildo Hacker	60,31%
<b>2001-2004</b>	Hildo Hacker	61,30%
<b>2009-2012</b>	Fernando Urquiza Vice: Franz Hacker	50,66%
<b>2013-2016</b>	Franz Hacker	58,77%
<b>2017-2020</b>	Franz Hacker	74,49%

Fonte: TSE

Aqui pode ser observada a primeira migração Hacker, quando Hildo hacker deixando sua esposa como candidata no município de Rio Formoso se candidata no município

vizinho Sirinhaém, chegando a ser eleito. A partir de então a família encontrou-se afastada do poder no município apenas em um mandato e apresentou crescimento esmagador, chegando a alcançar a porcentagem de 74,49% dos voto válidos na última eleição.

### **Tamandaré**

<b>Mandato</b>	<b>Candidato</b>	<b>Votos válidos</b>
<b>2005-2008</b>	Hildo Hacker 2º colocado	47,62%
<b>2009-2012</b>	Hildo Hacker	54,84%
<b>2013-2016</b>	Hildo Hacker Jr.	68,55%
<b>2017-2020</b>	Sérgio Hacker	57,01%

Fonte: TSE

Apesar de ter sido emancipada separando-se de Rio formoso em 1995 a influência Hacker na cidade começa no ano de 2005 quando vindo de dois mandatos consecutivos em Sirinhaém Hildo Hacker é segundo colocado em uma votação extremamente disputada (Válido lembrar que a lei que disciplina a impossibilidade de tal prática só surge em 2008), desde então a partir da tomada de poder mais uma vez o percentual de votos nas eleições seguintes cresce potencialmente indicando alto nível de dominância.

### **Barreiros**

<b>Mandato</b>	<b>Candidato</b>	<b>Votos válidos</b>
<b>2005-2008</b>	Antonio Vicente	41,15%

Vice: Franz Hacker

Fonte:TSE

Ainda que de forma inexpressiva a dominância familiar Hacker ainda é notada no município de Barreiros, com um representante ocupando cargo de vice prefeito. Tal dado torna-se válido quando observado que Hildo Hacker disputara o cargo de prefeito em Tamandaré nesse ano e Graça Hacker obtivera vitória em Rio Formoso neste mesmo cargo. Assim, ainda que afastados nesta eleição do município de Sirinhaém a família Hacker continuava ativa nos demais municípios vizinhos.

## **V. Conclusão**

Diante da pesquisa em questão verificou-se elevado nível de dominância da família Hacker nos municípios supra mencionados, fatores que agregados aos elementos históricos e institucionais demonstram as dificuldades e falhas encontradas no sistema federalista Brasileiro na medida em que práticas antidemocráticas que remontam o nascimento do Estado Brasileiro ainda se mantêm. Fica evidente assim a importância de se estudar política local para entender o panorama político brasileiro como um todo, uma vez que se encontra como reflexo das inúmeras ocorrências locais que ainda dificultam a implementação efetiva das políticas nacionais pelas quais se busca impessoalizar cargos públicos e extirpar a ideia de utilização da máquina pública em serventia de interesses privados.

## **VI. Bibliografia**

Viana, O. (1920). Populações meridionais

Buarque, S. (1936). Raízes do Brasil

Viana, O. (1999). Instituições políticas brasileiras

Ames, B. (2001). Entraves da democracia no Brasil

Souza, C. (2001). Federalismo e descentralização na constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças (Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº3, 2001, pp. 513 a 560)

Arretche, M. (2004). Federalismo e políticas sociais

Souza, C. (2005). Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988 (Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 105-121, jun. 2005)